

A sustentabilidade do jornalismo, pilar da democracia, passa pelo engajamento da sociedade



» HÉLIO GAMA NETO
Assessor de Comunicação da
Associação Nacional de Jornais
(ANJ)

Campanhas coordenadas de deslegitimação, ataques estigmatizantes, assédio judicial, criminalização, assassinatos, prisões, censura direta e indireta, impunidade em crimes contra comunicadores e retórica pública agressiva de detentores de poder voltada a desacreditar jornalistas passaram a integrar o cotidiano da atividade em diferentes regiões do mundo. Essa degradação limita a capacidade de ação do jornalismo, abre espaço para corrupção, enfraquece políticas de direitos civis e reduz a democratização da informação e do conhecimento.

No Brasil, apesar da melhora no ranking mundial da liberdade de imprensa da Repórteres Sem Fronteiras (RSF), com avanço de 11 posições e a 52ª colocação entre 180 países, chama atenção o volume de ataques virtuais em 2025: 900 mil registros, cerca de 2,5 mil por dia ou quase duas agressões por minuto, crescimento de 35% em relação ao período anterior, segundo a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). O levantamento também aponta aumento de 57% nos casos de censura, com presença recorrente de agentes públicos entre os autores.

Enquanto o jornalismo enfrenta pressão e a necessidade de construir novos modelos de negócio, em um cenário de migração de receitas

publicitárias para plataformas das grandes empresas digitais, o debate sobre liberdades, sustentabilidade e papel social do jornalismo mobiliza pouca atenção nas redes. Conteúdos produzidos com método, apuração rigorosa e responsabilidade editorial disputam espaço com materiais manipulados, campanhas de ódio e estratégias que exploram emoção e conflito.

Os resultados de busca, cada vez mais por meio de ferramentas de inteligência artificial, reproduzem boa parte dos conteúdos jornalísticos e reduzem o acesso direto aos veículos, afetando audiência e visibilidade para anunciantes. O uso desse material, tanto na indexação quanto no treinamento de modelos de IA, não gera remuneração proporcional a quem investe na produção de informação confiável. Soma-se a assimetria regulatória: editores respondem legalmente pelo que publicam, enquanto plataformas operam com menor nível de responsabilização.

Há ainda ampla liberdade para impulsionamentos pagos nas redes sociais e buscadores, inclusive de conteúdos desinformativos e fraudes, enquanto o jornalismo opera sob restrições mais rígidas. Nesse ambiente, a disputa por atenção e confiança ocorre dentro de uma lógica orientada por engajamento, retenção e tempo de permanência, o que favorece conteúdos que geram emoções fortes ou se sustentam em distorções.

Ainda assim, a discussão sobre integridade da informação e sustentabilidade do jornalismo avança na agenda internacional. Países buscam respostas regulatórias. A Austrália é um dos principais exemplos. Ampliou o modelo criado em 2021 e propôs um mecanismo de incentivo econômico para acordos entre plataformas e empresas jornalísticas. A proposta prevê taxa de 2,25% sobre a receita de

grandes empresas de tecnologia, com redução ou isenção condicionada à celebração de contratos de remuneração com veículos.

No Brasil, essa discussão tem ritmo mais lento, embora ganhe impulso. Liberdades de imprensa e de expressão, pluralidade, desafios tecnológicos e busca por modelos de negócio sustentáveis aparecem nas programações de eventos como o Summit da Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER), o Festival 3i da Associação de Jornalismo Digital (AJOR), o Congresso da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e o 4º Data Day da Associação Nacional de Jornais (ANJ).

Há necessidade de avançar também na capacitação contínua de jornalistas e redações, responsáveis pela produção da matéria-prima da indústria jornalística: reportagens, análises e serviços, em diferentes formatos e canais.

O jornalismo de método, plural, independente e responsável sustenta transparência, viabiliza fiscalização, revela conflitos de interesse e contribui para decisões mais qualificadas, com impacto direto sobre a garantia de direitos.

Atenta a esse cenário, a ANJ propõe, a partir deste ano, o ciclo de debates "Jornalismo em Profundidade", voltado à troca de experiências, apresentação de casos e disseminação de técnicas para qualificar a produção jornalística.

A entidade também dialoga com possíveis parceiros para três frentes temáticas: qualidade editorial e uso de IA nas coberturas setoriais; jornalismo econômico; e cobertura ambiental, um ano após Belém, com estratégias de engajamento do público.

O jornalismo ocupa papel central no bem-estar social e no funcionamento da democracia. Ao mesmo tempo, o engajamento da sociedade é decisivo para sustentar a atividade jornalística.

Brasília e a urgência de uma nova vanguarda



» RUY HERNANDEZ
Co-CEO da Lotus

Brasília nunca foi apenas uma cidade — foi, desde a sua fundação, um manifesto de vanguarda e uma ideia de futuro materializada no Planalto Central. Hoje, a capital concebida por Lucio Costa e eternizada pelas formas de Oscar Niemeyer nos impõe uma pergunta incômoda, porém necessária: estamos à altura do legado que herdamos?

Brasília consolidou-se como referência mundial de inovação estética e urbanística. Mas, após décadas de crescimento, o setor de construção civil amadureceu, deixando para trás modelos que já não atendem às demandas contemporâneas de eficiência e preservação. A construção civil é, historicamente, uma das indústrias que mais consomem recursos naturais e gera resíduos, além de provocar impactos sociais relevantes quando não há planejamento adequado. Persistir nesse modelo não é apenas ineficiente, é incompatível com as exigências do presente e, sobretudo, com as expectativas do brasileiro do futuro.

Nossa visão como empreendedores é pautada pelo resgate da essência que fez dessa cidade uma referência mundial. Priorizamos projetos autorais e ousados que celebram o retorno do concreto aparente e dos materiais brutos, elementos que definem a identidade brasiliense. Somos entusiastas do uso da biofilia e de soluções como brises móveis, que permitem à arquitetura dialogar de forma inteligente com a luz e o céu único do Planalto Central.

Hoje, não há mais espaço para empresas desconectadas das agendas ambientais, sociais e de governança. O ESG deixou de ser tendência para se consolidar como critério mínimo de relevância. Além de reduzir impactos ambientais, sua adoção melhora a eficiência operacional, reduz custos e fortalece a confiança de investidores e da sociedade. Mais do que isso: redefine o próprio conceito de valor no mercado imobiliário. O novo protagonismo de Brasília nasce exatamente dessa inflexão.

Se antes Brasília era símbolo da vanguarda formal, hoje temos a oportunidade e a responsabilidade de liderar uma vanguarda ética, sustentável e inteligente. Uma arquitetura que não se limita à estética, mas incorpora tecnologia, eficiência energética, respeito ao bioma e impacto social positivo como premissas inegociáveis.

Isso exige mais do que inovação pontual. Exige mudança de mentalidade. Projetar em Brasília é, necessariamente, dialogar com sua escala monumental e, ao mesmo tempo, com sua dimensão humana e bucólica. É compreender que cada empreendimento interfere na dinâmica da cidade e na qualidade de vida de quem a habita. É abandonar a lógica da construção como produto isolado e assumir seu papel como parte de um ecossistema urbano.

Além disso, Brasília reúne condições únicas para se tornar laboratório de soluções urbanas sustentáveis em escala nacional. Sua concepção planejada, a presença marcante de áreas verdes e o potencial de integração entre arquitetura, mobilidade e tecnologia criam um ambiente propício para experiências inovadoras em construção civil. O desafio agora é transformar esse potencial em política permanente de desenvolvimento, incentivando empreendimentos que conciliem sofisticação, responsabilidade ambiental e compromisso social.

Nesse contexto, conceitos como biofilia, uso racional de recursos e eficiência energética deixam de ser diferenciais e passam a ser obrigações. Edificações capazes de reduzir significativamente o consumo de água, energia e emissões já não são exceção, são o novo padrão esperado.

O luxo, por sua vez, também evoluiu. Hoje, ele está na inteligência do projeto, na qualidade do ambiente, na integração com o entorno e na capacidade de gerar bem-estar. Está em construir menos impacto ambiental e mais valor social.

Empresas que não compreenderem essa transformação tendem à obsolescência. O mercado e a própria sociedade já não toleram práticas desconectadas da sustentabilidade e da responsabilidade coletiva. O futuro da construção civil será liderado por quem conseguir alinhar inovação, propósito e legado. Brasília, mais uma vez, pode, e deve, liderar esse movimento.

Ao olharmos para a história da nossa cidade, não podemos nos limitar à contemplação. É preciso ação. É preciso coragem para romper com modelos ultrapassados e compromisso para construir uma cidade que continue sendo referência global, não apenas pelo que foi, mas pelo que escolhe ser.

O futuro de Brasília não será uma repetição do passado. Será uma reinvenção à sua altura: mais consciente, mais sustentável e, sobretudo, mais humana.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Propriedade intelectual e desenvolvimento: uma nova agenda



» PEDRO IVO SEBBA RAMALHO
Secretário de Competitividade e
Política Regulatória do Ministério do
Desenvolvimento, Indústria,
Comércio e Serviços (MDIC)

Há 30 anos, o Brasil deu um passo decisivo rumo à economia do século 21 ao editar a Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/1996), em consonância com as obrigações assumidas com o Acordo TRIPS da Organização Mundial do Comércio. Hoje, em um mundo mais digital, global e competitivo, é imperioso re-visitado esse marco legal para promover o ambiente de negócios, ampliar a segurança jurídica e estimular a economia do conhecimento.

Ao longo desses 30 anos, o país se integrou mais profundamente à economia mundial e consolidou a inovação como fator estratégico de desenvolvimento. Regras claras sobre patentes, marcas, desenhos industriais e indicações geográficas contribuíram para atrair investimentos, fortalecer centros de pesquisa e permitir que empresas inovem com maior previsibilidade. No Índice Global de Inovação, oito dos 78 indicadores utilizam dados de propriedade intelectual, evidenciando a relevância do tema na competitividade econômica.

A Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual

(ENPI), política pública para o tema, tem sólido conjunto de ações até 2030, incluindo entregas do governo e da sociedade civil. O objetivo maior é promover a necessária sinergia entre indústria e instituições de pesquisa e desenvolvimento, principalmente as Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), para trazer o conhecimento gerado para a sociedade e a geração de desenvolvimento econômico e social.

Olhando adiante, o governo também aponta oportunidades para simplificação e desburocratização e aumento da eficiência, com redução de prazos de decisão. Entre os principais pontos que contribuem para esses objetivos está a inversão da lógica atual que prevê a necessidade de requerimento, em até 36 meses após o depósito de uma patente, para que o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) inicie o exame. Uma nova abordagem possibilitará o início do exame após os iniciais 18 meses de sigilo, resguardando ao depositante o direito de adiar esse prazo.

A agenda de mudanças também deve contemplar a premente atualização da Lei de Propriedade Industrial em dispositivos pensados para o mundo analógico, com etapas hoje totalmente desnecessárias, após a digitalização; a necessária adaptação ao Protocolo de Madri, permitindo que depositantes estrangeiros constituam procurador nacional apenas quando houver exigência no processo; e o estímulo ao registro de indicações geográficas, em linha com as consequências da aprovação do

histórico acordo comercial Mercosul-União Europeia, em vigor desde 1º de maio.

Tão importante quanto a lei é a instituição que a executa. Nos últimos anos, o INPI passou por profunda modernização: digitalização de serviços, ampliação da cooperação internacional e forte redução do backlog. Entre outras medidas, o ingresso, em 2024 e 2025, de mais de 200 servidores por concurso público, o que elevou a eficiência do órgão. O prazo médio de exame de patentes caiu de 6,9 anos em 2023 para 4,3 em 2026. Os depósitos cresceram de 6.264 patentes de invenção em 1999 para 24.750 em 2025, enquanto os pedidos de marca saltaram de 91 mil para mais de 504 mil.

Todavia, o cenário ainda é desafiador, e o fortalecimento institucional do INPI deve ser contínuo, com ainda maiores investimentos em pessoas, tecnologia e governança. Isso é essencial para acompanhar, no mesmo ritmo, transformações como biotecnologia, transição energética e inteligência artificial (IA).

A atualização da Lei de Propriedade Industrial, mais que previsível, é extremamente necessária. A agenda deve priorizar simplificação, redução de custos e prazos, e maior segurança jurídica, preservando o equilíbrio entre os direitos dos titulares e o interesse público. Celebrar esse aniversário é oportunidade imperdível para fazer um balanço, refletir sobre avanços e necessidades e reafirmar o compromisso público com uma economia inovadora e competitiva.